



PREFEITURA MUNICIPAL DE LUMINÁRIAS
ESTADO DE MINAS GERAIS

DECRETO Nº 053 DE 25 DE AGOSTO DE 2025.

PROCEDE A ADEQUAÇÃO DO MUNICÍPIO LUMINÁRIAS À
EMENDA CONSTITUCIONAL Nº 103 DE 12 DE
NOVEMBRO DE 2019 E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

ÉCIO CARVALHO REZENDE, prefeito do Município de Luminárias, no uso das atribuições que lhe são concedidas pelo artigo 6º, inciso II da Lei Orgânica Municipal;

CONSIDERANDO:

- I.** A publicação da Emenda Constitucional nº 103 de 12 de novembro de 2019;
- II.** A obrigatoriedade da adequação do município à referida emenda constitucional por se tratar de lei maior;
- III.** A existência da emenda constitucional 001/2016 de 29 de dezembro de 2016;
- IV.** A necessidade de suprimir artigos da emenda constitucional 001/2016 que contraria a EC 103;
- V.** A necessidade de prover o registro dos direitos adquiridos à servidores mencionados na referida emenda 103 de 12 de novembro de 2019.

DECRETA:

Art. 1º - A partir da data de publicação da emenda constitucional 103 passará a vigorar no município de Luminárias o previsto em seu art. 1º que altera a redação do parágrafo 14 do artigo 37: A aposentadoria concedida com a utilização de tempo de contribuição decorrente de cargo, emprego ou função pública, inclusive do regime geral de previdência social, acarretará o rompimento do vínculo que herdou o referido tempo de contribuição.

Art. 2º - Com a redação dada descrita no art. 1º deste decreto, a partir da data da publicação da emenda constitucional 103 em 12 de novembro à Lei Orgânica 01/2016 de 29 de dezembro de 2016 que diz que o SERVIDOR PÚBLICO APOSENTADO POR TEMPO DE CONTRIBUIÇÃO OU POR IDADE NO REGIME GERAL DE PREVDÊNCIA SOCIAL – RGP, NÃO



PREFEITURA MUNICIPAL DE LUMINÁRIAS
ESTADO DE MINAS GERAIS

PERDERÁ A SUA CONDIÇÃO DE EFETIVO EM CARGO PÚBLICO MUNICIPAL, PODENDO EXERCÊ-LO ATÉ A APOSENTADORIA COMPULSÓRIA.

Art. 3º - O Município aplicará ainda o disposto no artigo 6º da emenda constitucional 103 que prevê que o DISPOSTO NO PARÁGRAFO 14 DO ARTIGO 37 DA CONSTITUIÇÃO FEDERAL NÃO SE APLICA A APOSENTADORIAS CONCEDIDAS PELO REGIME GERAL DE PREVIDÊNCIA SOCIAL ATÉ A DATA DE ENTRADA EM VIGOR DESTA EMENDA CONSTITUCIONAL, ficando assim mantidos os servidores que na referida data se enquadravam no artigo 120 da emenda 01/2016 da Lei Orgânica Municipal e que estavam em exercício nos seus respectivos cargos públicos como efetivos.

Art. 4º - Para cumprir os efeitos deste Decreto, permanecerão na forma da Lei até a aposentadoria compulsória, a pedido ou por processo administrativo os seguintes servidores que se enquadraram no art. 6º da EC 103:

- Antonio Ferreira de Souza, oficial de serviços gerais, aposentado em 23 de novembro de 2017.

- Marina de Fátima Teodoro Silva, professora, aposentada em 27 de março de 2019.

Art. 5º - Para os demais casos de aposentadoria a partir da publicação da emenda constitucional 103, deverão ser aplicados o parágrafo 14 do artigo 37 em sua nova redação com a imediata vacância do cargo pela rescisão imediata, concessão ou pagamento de férias prêmio remanescentes e demais verbas rescisórias.

Art. 6º - O Município de Luminárias continua adotando o regime estatutário com vínculo ao regime geral da previdência social para fins de aposentadorias e licenças médicas.

Art. 7º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

CERTIFICO QUE:
FOI PUBLICADO NO QUADRO DE
AVISOS DA PREFEITURA DE
LUMINÁRIAS - MG

EM 25 de agosto de 2025

É VERDADE E DOU FÉ

Thais Mª de Oliveira

ECIO

CARVALHO

REZENDE:352

99142668

Écio Carvalho Rezende

Prefeito Municipal

Assinado de forma
digital por ECIO
CARVALHO
REZENDE:35299142668
Dados: 2025.08.25
15:20:36 -03'00'